

A ilha da fantasia

BARBOSA LIMA SOBRINHO *

Era de Abraão Lincoln a frase de que o berço da liberdade exigia um governo eleito pelo povo, exercido pelo povo e para o povo. O que significava, na essência, um governo, não apenas representativo, mas exercido pelo próprio povo, através de pessoas eleitas pelo povo. Nada mais do que um governo do povo e para o povo, sob a proteção de Deus, invocado pelo próprio Lincoln.

Aí está toda a democracia, nas suas origens e no seu desempenho. O que explica a presença dos programas dos governos, inspirados nos interesses do povo, através dos compromissos dos candidatos ao voto popular, criando, para os eleitos, obrigações indeclináveis. Por isso, quando Fernando Collor de Mello, com a solidariedade natural de seu companheiro de chapa, como vice-presidente da República, Itamar Franco, apresentou o programa do PRN, os eleitores que sufragaram o nome do presidente, manifestavam, também, sua solidariedade com os compromissos constantes do seu programa. Isso ainda em 1988, na fase das candidaturas, antes, conseqüentemente, da data fixada para o pleito presidencial. Há que buscar, nesse documento, as obrigações assumidas pelo candidato à presidência. E que se dizia? Nada mais do que afirmar que o "setor público brasileiro contém empresas que são motivo de justo orgulho da sociedade, produtivas e lucrativas, e que constituem, hoje, patrimônio inalienável da Nação. Defendê-las e preservá-las é, também, compromisso maior do PRN. Por outro lado, as empresas estatais que se tornaram deficitárias, em virtude de má administração, não podem continuar sendo custeadas pelo povo brasileiro. Urge recuperá-las. Privatizá-las, somente pelo justo e devido valor. O PRN repudia e denuncia o sucateamento criminoso que está atingindo as nossas empresas estatais, ditas deficitárias".

Vale a pena recordar estas palavras, embora seja difícil defini-las. Engodo? Cinismo? Traição? O certo é que foi esse programa com que se apresentou o candidato do PRN, Collor de Mello. Antes do pleito. Para conquistar os votos dos brasileiros que estivessem de acordo com ele.

Tudo ao contrário do que se disse e do que se fez, no dia imediato à eleição do segundo turno. Ainda no último programa de televisão, em que se apresentaram os candidatos do segundo turno, o Sr. Collor deu a impressão de que seu adversário pensava no confisco da poupança, que era idéia já assente na direção de sua Ministra da Fazenda. O que evidenciava que o Brasil teria, à frente de seu governo, pessoas de um estofo moral que não recuaria diante de nenhum argumento, que pudesse render votos para a sua candidatura.

Era apenas o começo de um governo que iria fazer o contrário do que pregava. Serão que já foram esquecidas as palavras com que o candidato do PRN se referia à Petrobrás? "A Petrobrás", dizia ele, não é apenas um patrimônio nacional que precisa

ser preservado a todo o custo.

É acima de tudo, a executora do monopólio constitucional da produção do petróleo, que deve ser defendido pelo povo e pelo governo brasileiro. Para que possa cumprir a sua missão constitucional, necessita de independência na gestão e do poder de auto gestão dos recursos que gera. E que cumpram, sem entraves burocráticos que emperram a sua ação e atingem a sua independência de gestão, suas metas de assegurar o abastecimento nacional, sem agravar a dependência das importações".

Para evitar interpretações malévolas, acrescentava Collor que "o meu programa de preservação e de fortalecimento da Petrobrás, não decorre de interesses políticos ou partidários, mas de minhas profundas convicções, que me permitem tornar públicos os compromissos que, se eleito presidente da República, saberei honrar, na exata medida dos termos aqui expostos e submetidos a sua consideração. Tenho a certeza de que qualquer outro candidato poderá subcrever idênticos, porém não mais claros e explícitos compromissos, que submeto ao exame de sua aprovação".

Palavras que traziam a assinatura do próprio Fernando Collor de Mello, para deixar claro que se tratava, não apenas de um compromisso do PRN, mas do próprio candidato. Como se pode entender tais palavras de Collor, depois de sua expressa repudição, no programa que pôs em execução?

O interessante é que o programa de Collor, o segundo, continua em plena execução, como se não tivesse havido o *impeachment*. São as suas idéias, as que brotaram depois do pleito, que estão sendo executadas, como se ele ainda estivesse no palácio do Planalto. Não as idéias do candidato, mas as do presidente, que havia esquecido tudo que prometera no programa do PRN. Na ilha da fantasia é assim. Uma coisa é o candidato, outra, o presidente. Como se não houvesse nenhuma ligação entre os dois. Basta a mudança do nome dos ministros. Os compromissos anteriores ao pleito entram na faixa do esquecimento. Há que procurar as lições, vindas em inglês, tanto do Fundo Monetário Internacional, como do Banco Mundial, que nunca tinham tido discípulo tão fiel como Collor de Mello. Pois, até o sotaque não deixava margem a nenhuma dúvida.

Verdade que surgira um imprevisto, com o processo do *impeachment*. Nada mais do que uma tempestade de verão, na ilha da fantasia. Tanto bastava que continuassem nos seus postos o Fundo Monetário e o Banco Mundial. Se o plebiscito de novembro ratificara a opinião do povo brasileiro, a favor do regime presidencial, bastava que houvesse um primeiro-ministro disponível, para o desempenho das funções presidenciais. A Constituição de 1988 era presidencialista? Pois não custava nada, na realidade, consagrar a vitória do parlamentarismo, com a presença de um primeiro-ministro, da confiança do Presidente da República, para exercer as suas funções. Tudo tão fácil, na ilha da Fantasia!

* Presidente da ABI, da equipe de articulistas do JB

O programa de Collor continua em plena execução no governo Itamar.